

PT contra Alckmin e mudanças reais

Partido tem seus motivos políticos, mas dá sinal também de que não quer mudar

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Petistas eram de Marte e tucanos eram de Vênus. Parecia distância astronômica das maiores quando se dava de barato que a democracia não iria para o vinagre. Depois de 2017, o caldo azedou até o ponto de se descobrir que, na longura dos infernos de Plutão, mora a extrema direita.

Inventar coalizões que tentem preservar a democracia a partir de 2023 é o mínimo que se espera dos candidatos do universo da razão e da decência elementares. Um caso pode ser da aliança do PT com Geraldo

Alckmin e partidos e quadros que o ex-tucano possa atrair para a órbita de Lula da Silva. Mas, como é cada vez mais gritante, Alckmin desce quadrado, se desce, para muito petista e boa parte da esquerda.

Primeiro trata-se de uma disputa de poder: o PT não quer gente de fora vá bicar um governo que, imagina, vai receber de bandeja em outubro; não seria preciso dar lugar para a direita (fora o cenário que receberia cargos caso Lula vença). Mesmo que a maioria dos petistas vá parar de tossir emigração

do Lula bater o martelo, a ideia é vender caro a insatisfação.

Segundo, trata-se mesmo de diferença política, ideológica e de velhos acertos de contas, pois PT e PSDB paulista foram adversários de quase morte. Terceiro, é um indicio de que muito petista e companheiro de viagem acha que "os bons tempos vão voltar" ou que Lula 3 pode ir além das concessões que teria havido durante Lula 1 e 2. Este jornalista já ouviu petista "histórico" fazendo comparação anacrônica de Lula com o Getúlio Vargas de 1930-45 e

o do governo "nacional e popular" (diz a lenda) de 1951-54. Quase nenhum eleitor terá ideia do que se trata, mas não caiu bem.

Essa e outras conversas sugerem que o grosso do PT não tem muita preocupação com os problemas que a "direita" quer resolver com suas "reformas". No entanto, esses problemas emperram o país faz mais de 40 anos.

Pouco se ouve, ou ouve-se com tédio ou arrepios, a respeito do que Lula 3 faria dos problemas de eficiência econômica, sem o que não haverá crescimento e

talvez nem democracia. É preciso dizer o que vai ser feito de aumento da concorrência, da qualidade da alocação do capital (da escolha dos investimentos produtivos pela iniciativa privada). Para tanto, é preciso pensar o que fazer de abertura comercial, de reforma tributária, de subsídios e favores, de facilidades de investimento: de ter uma economia de mercado funcional. São apenas uns poucos exemplos casados, pois o crescimento depende de muito mais.

Um motivo para colocar Alckmin na chapa de Lula seria também "tranquilizar o mercado", essa frase idiota. Se Alckmin for um vice decorativo, para inglês ver, tanto faz. Se levar partidos e quadros, melhor (importante agora alianças quaisquer contra os humos). Mas indicar uma reflexão nova do PT sobre os problemas do crescimento seria essencial. Não quer dizer

que o governo do PT deva ser um "Ponte para o Futuro", "neoliberal", com esmolos. Quer dizer apenas que é preciso mudar essa economia caquética, disfuncional e organizada por favores. Rejeitar alianças é, mais do que soberba jeca, sinal de passadismo e de esquecimento de erros e desastres dos anos petistas. Bater em Alckmin (ou coisa que o valha) é indicio dessa amnésia com burrice.

Coalizões, a do PT ou outras, são necessárias para levar a democracia adiante. Mas são um meio também de agregar quadros diversos e capazes e fim de pensar de modo novo e mais eficiente a reforma da economia, reforma sem aspas "liberais". Por fim, é uma questão pragmática: sem planos viáveis para déficit, dívida, eficiência, o governo pode começar a acabar já em 2023. É preciso inventar uma geringonça brasileira. vinicius.torres@grupofolha.com.br

Para empresários, crise do clima afetará negócios, diz PwC

Executivos brasileiros veem impacto na venda de produtos e serviços em 2022, mas não no longo prazo

Thiago Bethônico

SÃO PAULO A maioria dos executivos brasileiros (63%) acredita que as mudanças climáticas devem impactar a venda de produtos e serviços ao longo de 2022. É o que mostra a 25ª edição da pesquisa CEO Survey, feita pela empresa de consultoria e auditoria PwC.

Além do efeito na comercialização, 45% do empresariado acha que o problema vai afetar o aumento de capital, e 39% temem pela interferência do clima no desenvolvimento de produtos e serviços.

O levantamento ouviu mais de 4.400 executivos em 89 países, entre outubro e novembro de 2021. Ao todo, 94% das entrevistas foram conduzidas online e 6% por carta, telefone ou presencialmente.

A preocupação com os efeitos da crise climática nos próximos 12 meses é maior entre os empresários brasileiros, aponta a pesquisa.

No recorte global, são 54% os que esperam impactos nas vendas, e 28% no aumento de capital. A exceção fica por conta do desenvolvimento de produtos e serviços que, no mundo, é temido por 48% dos diretores executivos.

Contudo, o levantamento aponta para uma possível contradição. Apesar da preocupação imediata, os líderes brasileiros não veem as mudanças climáticas como uma grande ameaça ao crescimento das companhias no longo prazo.

O empresariado diz temer mais por choques na economia global e ataques digitais do que por questões climáticas ou sociais.

A instabilidade macroeconômica é considerada a principal ameaça aos resultados da empresa por 69%, enquanto os riscos cibernéticos são citados pela metade dos entrevistados. Apenas 36% mencionam as mudanças climáticas, e 38%, a desigualdade social.

Para Maurício Colombari, sócio da PwC Brasil, é possível que os executivos estejam mais preocupados com riscos físicos imediatos — como secas, enchentes e outros fenômenos climáticos —, o que ajudaria a explicar a aparente incoerência entre preocupação no curto e longo prazos.

"Pegamos uma época onde muitos riscos físicos estão se materializando. Por um lado,

temos a crise hídrica, por outro há empresas interrompendo operações pelo excesso de chuvas", diz.

Um reflexo do baixo senso de urgência em relação aos efeitos do clima no longo prazo pode ser percebido pela baixa adesão do mercado ao Net Zero — compromisso em zerar as emissões de carbono.

Segundo o levantamento, 27% das companhias brasileiras assumiram alguma meta Net Zero. No recorte global, a média é de 22%. Entre as empresas brasileiras que firmaram o compromisso de serem carbono neutras, 43% dizem que o objetivo não está alinhado a metas científicas — o que também causa estranheza, segundo Colombari.

"Dizer que possui um compromisso Net Zero, por definição, deveria ser [algo] respaldado por critérios científicos", afirma.

"A gente percebe que, apesar de tanto se falar em mudanças climáticas e desigualdade social, as temáticas ESG [ambiental, social e governança] continuam atrás de outras", diz Colombari.

Investimento externo no Brasil dobra, mas segue abaixo de 2019

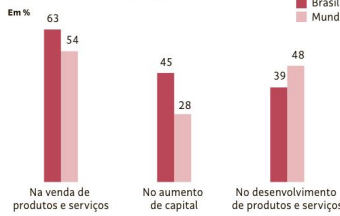
Douglas Gavrás

CURITIBA Após um 2020 de queda na economia internacional, o IED (Investimento Estrangeiro Direto) global teve forte recuperação e em 2021, mas a retomada se deu de forma decréscima, e o Brasil ainda não voltou ao nível pré-pandemia, segundo a Unctad (Confederação das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento).

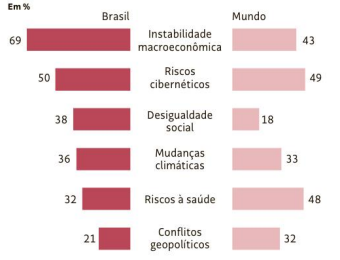
De acordo com o monitor da Unctad publicado nesta quarta-feira (19), os fluxos globais de investimento estrangeiro direto tiveram forte recuperação em 2021, ao subir 77%, para cerca de US\$ 1,65 trilhão (R\$ 9,27 trilhões), superando o nível pré-Covid.

No caso do Brasil, o IED mais que dobrou no ano passado, para US\$ 58 bilhões (R\$ 318,8 bilhões), mas vindo de um patamar baixo em 2020 (US\$ 28 bilhões ou R\$ 153,9 bilhões), segundo a agência da ONU.

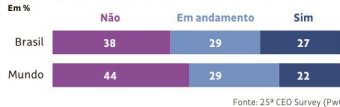
Impacto das mudanças climáticas nos próximos 12 meses, segundo executivos



Principais ameaças ao crescimento da empresa



A sua empresa assumiu compromisso Net Zero?



Fonte: 25ª CEO Survey (PwC)

COMUNICADO OI AOS CLIENTES
A Oi (Telepar Norte Leste S/A, em Recuperação Judicial, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) na modalidade local na Região I do Plano Geral de Outorgas - exceto no Setor 3), comunicou ao público em geral os novos valores máximos e os novos valores propostos a serem cobrados para o Plano Alternativo do Serviço Telefônico Fixo Comutado, na modalidade Longa Distância Nacional (LDN) nº14, válido a partir do dia 20 de fevereiro de 2022.
1. Valores das Franquias Mensais
Tabela com 10 colunas (Estados: AL, AM, AP, BA, CE, ES, MA, MG) e 10 linhas (Estados: PA, PB, PE, PI, RJ, RN, RR, SE, SP) mostrando valores em R\$ para diferentes durações de chamadas (50, 100, 200, 300, 400, 500, 600, 700, 800, 900, 1000 minutos).